

## O futuro da saúde pública depende da concessão de aditivos no tabaco

**F** [www1.folha.uol.com.br /opiniaio/2024/11/futuro-da-saude-publica-depnde-da-proibicao-de-aditivos-no-tabaco.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2024/11/futuro-da-saude-publica-depnde-da-proibicao-de-aditivos-no-tabaco.shtml)

25 de novembro de 2024

O Supremo Tribunal Federal vai apreciar a validade da Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a RDC 14/2012, que proíbe o uso de aditivos de aroma e sabor em produtos de tabaco.

Essa questão ultrapassa o campo regulatório comercial e se coloca como uma batalha pela saúde das gerações brasileiras presentes e futuras. A Anvisa editou essa norma para proteger a população, especialmente os jovens, do marketing agressivo da indústria do tabaco, que utiliza aditivos para tornar seus produtos mais atraentes e com potencial de causar dependência. Mas a resolução está sendo alvo de processos judiciais movidos pela indústria fumageira que impedem seu cumprimento.



João Victor começou a fumar na adolescência - Danilo Verpa - 1º.jun.23/Folhapress

A função dos aditivos e seus riscos são claros. Substâncias como mentol e açúcares mascaram o sabor amargo do tabaco, diminuem o dano causado pela fumaça e facilitam a iniciação ao tabagismo.

Estudos científicos comprovam que aditivos, como a amônia, aumentam consideravelmente o potencial de dependência, dificultando ainda mais a cessação do tabagismo. Como resultado, os riscos de desenvolvimento de enfermidades crônicas graves, como câncer, doenças cardiovasculares e respiratórias, aumentam significativamente.

No Brasil, 477 pessoas morrem todos os dias devido a doenças relacionadas ao tabaco. Ao editar a RDC 14/2012, a Anvisa agiu em consonância com seu papel de proteção à saúde da população, em conformidade com os artigos 9 e 10 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), tratado internacional ratificado pelo Brasil em 2005. A CQCT orienta os países a adotarem medidas rigorosas para regular a composição e a comercialização de produtos de tabaco, mudando a redução da procura, sobretudo entre os jovens.

#### Riscos do tabaco



Na contramão da saúde pública, entre 2012 e 2023, mais de 1.100 novos produtos de tabaco com aditivos foram registrados no Brasil, em grande parte graças a decisões liminares que permitiram suas negociações. Embora o país tenha feito progressos na redução do tabagismo, pesquisas nacionais mostram que a prevalência de fumantes entre 18 e 24 anos ocorreu estável de 2013 a 2019.

Também revelam que a proporção de escolares entre 13 e 15 anos que relatou ter fumado nos 30 dias anteriores ao levantamento ocorreu praticamente inalterada de 2012 a 2019. Uma das razões para essa estagnação é a presença de aditivos nos produtos de tabaco, que os tornam mais palatáveis para os jovens.

#### Os danos do cigarro na pele



Os custos do tabagismo geram perdas anuais na ordem de R\$ 153,5 bilhões para o Brasil, o que representa 1,55% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse valor inclui os custos diretos com serviços médicos e os indiretos, como a perda de produtividade e as incapacidades permanentes causadas pelo tabaco. Em contrapartida, a arrecadação de impostos federais sobre a venda de cigarros somou apenas R\$ 8 bilhões em 2022, o que cobre uma pequena fração dos prejuízos econômicos gerados pelo tabagismo.

A exceção dos aditivos de sabor enfrentou a resistência da indústria também por causa da tentativa de introdução de dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs) no mercado brasileiro. Para a indústria do tabaco, a liberação dos cigarros eletrônicos precisa, obrigatoriamente, incluir a permissão do uso de aditivos, atraindo novos consumidores.

## Como a geração Z consome cigarros eletrônicos



Apesar de apresentá-los como uma alternativa “mais segura”, o que se vê em países como Estados Unidos e Reino Unido é uma epidemia de dependência de nicotina entre os jovens, muitos dos quais nunca foram fumados antes. No Brasil, a RDC 855/2024, que proíbe a comercialização de DEFs , complementa a RDC 14/2012, protegendo nossa juventude da dependência química e psicológica.

A defesa da RDC 14/2012 é um compromisso com a saúde e a vida dos brasileiros de hoje e das futuras gerações. O Instituto Nacional do Câncer (Inca) reafirma seu apoio à Anvisa e à manutenção de sua resolução, fundamental para evitar que os mais jovens sejam atraídos para o tabagismo e suas consequências devastadoras.